

A DISCIPLINA DE ARTES NO PPP DE ESCOLAS DA REGIONAL DE JOINVILLE

The arts discipline in regional schools' pedagogic political project of Joinville

Denise Cristina Torrens Nunes¹

Martina Angelika Inngauer¹

Mirta Goerz Pasold¹

Miriam Aparecida da Rocha¹

Resumo: A pesquisa tencionou englobar escolas estaduais e particulares da cidade de Joinville, no Estado de Santa Catarina, porém verificou-se que a maioria das Escolas Estaduais não possui Planejamento Político Pedagógico (PPP) e as escolas com material didático apostilado igualmente não possuem. Contudo, através das entrevistas com coordenadores e professores da disciplina de Artes e pesquisando uma escola estadual que possuía um PPP, em Garuva, município vizinho a Joinville, conseguiu-se realizar este estudo. A pesquisa permitiu identificar se a disciplina de Artes está contemplada nos PPPs e se as atividades propostas para a disciplina condizem com as atividades previstas pelos professores de Artes, bem como se há um espaço físico, sala de Artes, adequado nestes estabelecimentos. Para verificar se há uma interação da área de artes com as demais matérias no currículo, procurou-se um local expositivo dos trabalhos realizados para integração da escola com matérias compartilhadas. Averiguou-se que muita coisa mudou, porém ainda continua sendo diferente a lei da prática. A área de Artes continua lutando por um lugar adequado para ser apreciada como um conteúdo a ser aprendido e não como auxiliar na decoração da escola para as datas comemorativas. Muitos coordenadores, professores e pais continuam enxergando esta disciplina apenas como coadjuvante na escola e necessária apenas para a elaboração de cartazes e lembranças para serem levadas para casa.

Palavras-chave: Planejamento Político Pedagógico. Disciplina de Artes. LDB.

Abstract: This research intended to include public and private schools in the city of Joinville, State of Santa Catarina, but it was found that most state schools do not have a Political Pedagogical Planning (PPP) and schools with other teaching materials like handbooks also do not. However, through interviews with coordinators and teachers of the subject of Arts and visiting a public school which has a PPP in Garuva, neighboring city of Joinville, it was possible to carry out this study. The research allowed to identify if the subject of Arts is covered in the PPP and the if activities proposed for the subject are consistent with the activities planned by the Arts teachers, and if there is a facility, an Arts room, suitable in those schools. To verify that there is an interaction of the arts subject with other subjects at school, we tried to place an exhibit of the work done for school integration with shared materials. It was found that a lot has changed, but it still remains different to pedagogical practice. Art teachers are still fighting for a suitable place for the work to be appreciated as a content to be learned and not as an aid for school decor on holidays. Many coordinators, teachers and parents continue viewing this course only as a complementary subject at school and only required for the preparation of posters and souvenirs to be taken home.

Keywords: Government Program: Pedagogic Political Project of the School PPP. Art at School – Government Program.

Introdução

Oportunizar ao educando diferentes meios de construir o saber entre as múltiplas linguagens no contexto artístico é tarefa do professor de Artes, ou deveria ser, além de proporcionar uma vivência significativa da História da Arte, da Produção Artística e Cultural, da Estética e da Leitura de Imagem. Porém, o aprendizado da Arte é prejudicado se o PPP não é devidamente aplicado, isso quando a escola o tem. Verifica-se o lado positivo do uso deste, sua utilização faz com que traga resultados a contento, pois se organiza um roteiro de aprendizado abordando-se

¹Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSELVI – Rodovia BR 470 - Km 71 – nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: <www.uniasselvi.com.br>.

todas as épocas, estilos, bem como técnicas usadas.

As escolas pesquisadas para se verificar a eficácia e a utilização do Planejamento Político Pedagógico foram: Centro Educacional Conde Modesto Leal, Colégio Positivo, Centro Educacional Machado de Assis e Escola Estadual Básica Carmem Seara Leite, em Garuva. A pesquisa manteve seu foco na área de Artes e procurou averiguar os seguintes itens: se a escola possui sala própria para as aulas de Artes, a estrutura física da escola, qualificação profissional dos professores, materiais didáticos. Estes itens, geralmente, são ignorados pelas instituições, sendo que a sua importância melhora o desenvolvimento e a formação do aluno. Segundo Zamboni (1998, p. 19), “a Arte é imanente à Ciência, ambas irrompem com paradigmas, negando que áreas do conhecimento fiquem limitadas a padrões estabelecidos, pois o lado racional e o intuitivo se complementam por meio de trocas aproximando-lhes”. Sendo assim, um laboratório para artes, tanto quanto um para ciências, é imprescindível para a elaboração do conhecimento teórico e a experimentação da prática.

Portanto, a proposta também foi a de investigar as salas de Artes oferecidas para o ensino. Constatou-se que nem sempre apresentam condições adequadas de estrutura para o desenvolvimento do aprendizado.

Os documentos que regulamentam e auxiliam a escola – Leis e Diretrizes da Educação (LDB 9394/96) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)

Nada, em uma escola, ocorre sem o apoio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB 9394/96 (1996, p. 26), “A interpretação da legislação permite inovações, utilizando criatividade, dedicação em adquirir materiais, contribuições humanas, planejamento do PPP, visando à valorização e o estudo da Arte”. Conforme o Artigo 13º da LDB, os docentes de Arte devem incumbir-se de funções pedagógicas participando da elaboração das propostas da escola e elaborar e cumprir plano de trabalho.

Outro documento que orienta a prática da disciplina de Arte são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Segundo os PCN de Arte, os conteúdos gerais que devem fazer parte do currículo do 1º ao 9º ano devem envolver: arte como forma de comunicação entre as pessoas e trabalhar a arte com meios propícios entre prática e teoria. Verifica-se a falta de clareza do conteúdo, muito vago, com inúmeras interpretações.

Segundo os PCN (1997, p. 11), “A educação em arte propicia o desenvolvimento do pensamento artístico, que caracteriza um modo particular de dar sentido às experiências das pessoas: por meio dele, o aluno amplia a sensibilidade, a percepção, a reflexão e imaginação”.

Em consequência disto, cada escola deve planejar o seu próprio PPP, para que seja mais específico e detalhado, incluindo os temas de interesse regional.

Tendo em vista que as escolas estaduais visitadas não têm um PPP, assim como uma das escolas particulares, a que trabalha com material didático apostilado, optou-se, portanto, em analisar os PPPs das duas escolas particulares de Joinville que o possuem, bem como o da escola estadual de Garuva, e a dirigir a pesquisa para o Planejamento previsto para os alunos do Ensino Fundamental.

Analisando o PPP do Centro Educacional Conde Modesto Leal descobriu-se que o professor que trabalha com Artes é intitulado de “professor de artesanato”. Neste Centro Educacional, além de terem aula de artes, fazem artesanato com material alternativo nos quatro primeiros anos do Ensino Fundamental. Na Educação Infantil também se trabalha artes visuais, porém em seu PPP não se lista as obrigações deste profissional e nem os assuntos a serem estudados. O Colégio Positivo não possui PPP, contudo tem duas professoras de artes para o Ensino Fun-

damental I e II que atuam separadamente e um professor de Artes (História da Arte) para o Ensino Médio. Já o Centro Educacional Machado de Assis (CEMA), possui um PPP e, segundo a coordenadora da escola, todas as atividades propostas no PPP são cumpridas plenamente. Tem um professor de artes específico que atua no Ensino Fundamental I e II e um professor para o Ensino Médio.

Da inclusão da disciplina de Artes nos PPPs

Como os próprios PPPs não trazem os temas que devem ser abordados, torna-se vaga a ideia de um ensino de abrangência completa nos vários aspectos que se pode abordá-lo, pois as escolas estão repletas de crianças com histórias vastas e ricas de exemplos de superação e das raízes culturais da região ou fora dela.

Se o profissional de Artes não está preparado para desempenhar o papel de transformador cultural de forma abrangente, irá abordar sempre as mesmas fases e os mesmos artistas ou fatos históricos. Portanto, cabe à escola ter um Projeto Político Pedagógico em mãos para orientar este profissional e acompanhar o desenvolvimento de seus alunos nesta área, procurando incentivar um trabalho interdisciplinar. É bom lembrar que o PPP deve ser elaborado com o auxílio de todos os docentes, só assim é possível elaborar bons projetos interdisciplinares.

As atividades dos profissionais da área de artes precisam do amparo de uma sequência de temas, histórias e artistas a serem abordados em cada série. O que ocorre, sem este planejamento, é a repetição ano após ano dos mesmos artistas, bem como abordar Arte Brasileira apenas no período da “Semana de Arte de 22” ou, ainda, falar dos mesmos artistas europeus que fizeram sucesso na época e hoje são reconhecidos.

Materiais para criação de atividades práticas também precisam ser contemplados pelo estabelecimento de ensino para se criar possibilidades de elaborar trabalhos diferenciados, bem como para auxiliar no despertar do lado criativo do estudante.

Salas de artes nas escolas

A disciplina de Artes necessita de um espaço físico próprio, um local para guardar materiais diversos, desde imagens até o material prático, e um ambiente que permita a liberdade de expressão. Esse ambiente é tudo o que um professor precisa para despertar a mente criativa do aluno. Um espaço que poderá se tornar, também, um local expositivo.

Existe, no Colégio Positivo, uma sala de aula climatizada de artes e com pia, porém é pequena para a quantidade de alunos que a frequentam. Seu “varal expositivo” é feito nos corredores do pátio da escola. No CEMA, a sala de artes é adequada. Possui bancada com pia, um fogão, é climatizada, bem iluminada, com amplo espaço para os alunos trabalharem com materiais concretos. E na Escola Estadual, em Garuva, existe um local aberto com mesas e bancos que atendem às necessidades de três professores.

Quando não se tem uma sala própria para administrar as aulas de artes, o professor que quer administrar uma aula diferente busca levar seus alunos a campo, o que envolve autorização dos pais. Quando não há essa possibilidade, fotos, *slides* e/ou filmes poderiam suprir essa necessidade. Não existem, na construção de uma escola, os critérios do que deveria ter em uma sala de aula de artes, como: pia, espaço para (x) alunos, local para armazenar os materiais e a produção dos alunos, iluminação adequada, fogão, entre outros. Esse tipo de local de trabalho proporciona um desenvolvimento completo, tanto prático quanto teórico.

Considerações finais

Percebe-se que existe uma grande diferença entre teoria e prática. A Lei regulamenta a aula de Artes, exige professores qualificados, a elaboração e utilização de um PPP. Infelizmente esta não é a realidade da maioria das escolas, onde há professores não habilitados, não possuem PPP, as salas de aula não têm estrutura para contemplar uma verdadeira aula de Artes. Sabe-se que o ensino de Artes está no currículo, mas ainda falta formação de professores, por outro lado, com grande esforço dos professores está ganhando cada vez mais força e respeito dentro do ambiente escolar. Contudo, constatou-se a falta de prioridade para a disciplina na educação e a resistência em cumprir a Lei.

O cumprimento da Lei poderia ajudar a mudar esta situação. A direção da escola, junto com os alunos, pais e professores, deveria lutar por mudanças, comprovando a importância da qualidade da sala e dos materiais, para se conseguir um melhor aprendizado. Afinal, a educação pode mudar uma sociedade. E isso não diz respeito apenas a disciplina de Artes.

Verificou-se, também, que muitos professores estão desmotivados pela falta de estrutura, como consequência não conseguem estimular o interesse e o aprendizado dos alunos. Apenas em poucas escolas a situação é diferente. Mesmo assim, a maneira de ensinar artes mudou ou vem mudando, bem como a postura do professor. Acreditar que é possível educar através da arte, passando do desenho mimeografado para o desenho livre é um grande passo, um movimento de ruptura. É necessário educar para mostrar que a disciplina de Artes é uma linguagem que amplia a visão de mundo, incluindo e situando o aluno no meio, na sua cultura, contribuindo para a formação de um cidadão mais crítico e presente na sociedade.

Referências

BRASIL. **LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Arte**. v. 6. Secretaria de Educação Fundamental. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais – Arte**. v. 6. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília – MEC, 1997.

CENTRO EDUCACIONAL CONDE MODESTO LEAL. **Projeto Político Pedagógico**. Joinville-SC, 2012-2016.

ESCOLA ESTADUAL B. CARMEM SEARA LEITE. **Projeto Político Pedagógico**. Garuva, (s/d).

GLOBO EDUCAÇÃO. **Ensino de arte está no currículo, mas ainda falta formação de professores**. Recorte em: 16 jun. 2012. Atualizado em: 14 dez. 2012.

ZAMBONI, Silvio. **A pesquisa em arte: um paralelo em entre arte e ciência**. Campinas: Autores Associados, 1998.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.